

Escolas particulares

Até que o Governo decida sobre a questão

DF. Educação

CORREIO BRAZILIENSE Brasília, sábado, 22 de novembro de 1986 21

querem reajuste de 125%

, esta é a recomendação a todos estabelecimentos

O Conselho de Representantes da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino, à qual são filiados colégios particulares, recomendou ontem um reajuste provisório de 125 por cento nas anuidades escolares de 1987, até que o Governo regulamente a questão.

Os representantes e presidentes dos sindicatos de estabelecimentos de ensino do País estão reunidos desde quarta-feira, na sede da Fenen, aqui em Brasília. O objetivo foi justamente o de discutir o congelamento das anuidades determinado pelo Plano Cruzado. Enquanto não houver decisão formal do Governo, cada escola particular pode cobrar os 125 por cento de reajuste.

Segundo o presidente da Federação, Roberto Dornas, a situação dos estabelecimentos já vinha deteriorando-se antes da medida governamental, pois o tabelamento existe desde 1969, com índices irreais, segundo ele. "O Plano Cruzado, que de início congelou os preços vigentes em 28 de fevereiro, e já descongelou vários deles, no caso do ensino privado agiu de má fé, reduzindo os valores autorizados antes do Plano. Vemos, diariamente, o crescimento dos preços oficialmente, como os da gasolina, que atinge a 108 por cento, ou extra-oficialmente através de artifícios", criticou Dornas.

Tanto para ele, como para todos os representantes dos sindicatos, as escolas foram prejudicadas de forma escandalosa, sem que fossem ouvidas pelo Governo. Dornas adiantou que não há uma posição definida pela Fenen, mas levantou a hipótese de se efetuar reajustes provisórios até que o Governo con-

clua uma política de preços mais "realista para as escolas", além de não se iniciar as aulas enquanto não houver uma solução para o problema.

— Não podemos mais suportar a situação. Se o Governo não se dispõe ao reexame dos custos e do preço do ensino, o que já fez para as tarifas dos serviços públicos que presta, as escolas terão que agir por conta própria. Muitas estão fechando e, as que não tomarem esta medida agora, entrarão na sobrevida — acredita ele. Acrescenta que cerca de 50 por cento dos estabelecimentos privados estão praticamente falidos. "Se não houver um cálculo em cima dos custos reais e necessários para a escola ficar bem, o ensino no País estará falido em muito pouco tempo".

CHORADEIRA

Em Brasília, o Centro Educacional Laser, localizado na 906 Sul, foi a primeira escola a decretar a falência e a impossibilidade de continuar pagando sua dívida, que já chega a Cz\$ 4 milhões. "Tem 15 dias que anunciamos o fechamento do Laser e, desde esse dia, é uma choradeira só, lá no colégio. Tanto de alunos como pais e nós, da direção. A gente pega amor às crianças", contou o diretor Jaime Zveiter. Ele explicou a inviabilidade da receita de sua escola.

— Nossa receita bruta não chega a 1 por cento do valor do imóvel e nós temos uma das mensalidades mais caras do DF, que chega a Cz\$ 500 por aluno. Cerca de 80 por cento desta receita eu gasto só com pessoal e encargos. Para pagar a dívida que fiz com a construção das instalações, precisaria ter Cz\$ 100 mil por mês, o que é im-

possível com uma receita bruta de Cz\$ 281 mil —, detalhou Zveiter. Segundo ele, para alcançar este objetivo, a mensalidade teria que ser triplicada, ou seja, um aumento de 200 por cento.

Como isto não vai acontecer, o diretor resolveu fechar o colégio, que é de 1º Grau e pré-escolar. "O 2º Grau eu já tinha acabado desde o fim do ano passado, já que estava inviável. Na verdade, todas as escolas estão endividadas, mas mantêm as portas abertas na esperança de a situação modificar. Mesmo assim, acredito que as que não fecharem agora estarão tomando esta resolução daqui há um ano ou dois, caso não haja uma consulta às escolas por parte do Governo", relatou.

O Laser paga Cz\$ 1 mil 800 para cada professor. Tem um total de 35, além de 40 funcionários. "Os professores, em todo o Brasil, estão recebendo salários irrisórios. Isto provoca uma rotatividade enorme de profissionais, não só de uma escola para outra, como também para outras atividades. Eu perdi uma professora que preferiu ser caixa da loja C&A, revelou Zveiter. "Como é que o Governo federal quer controlar as escolas particulares sem ter nenhuma estrutura para atender as 30 milhões de crianças, entre zero e sete anos, que estão fora da rede oficial?", indagou Plínio Comte, do Sindicato do Rio de Janeiro.

Para ele, é preciso haver uma discussão entre Governo e as famílias para um princípio de subsídios quanto às bolsas escolares. "Nós não somos entidades filantrópicas para dar o ensino de graça como está ocorrendo. A obrigação deste ensino é do Governo.